

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Sergipe objetivando agilização de procedimentos investigativos, mediante a utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA).

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, sediado no SAF Sul, Quadra 04, Conjunto C, Brasília - DF, inscrito no CNPJ/MF sob o número 26.989.715/0001-02, doravante simplesmente denominado MPF, neste ato representado pelo Procurador-Geral da República, **Dr. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, portador da Carteira de Identidade nº 31042, expedida pela OAB/MG, inscrito no CPF nº 265.478.726-53, nomeado pelo Decreto Presidencial de 11 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2013, e em conformidade com as atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**, sediado no(a) Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505, Centro Administrativo Governador Augusto Franco, Bairro Capucho, Aracaju – SE, CEP 49081-000, inscrito no CNPJ/MF sob número 13.168.687/0001-10, doravante simplesmente denominado MP/SE, neste ato representado(a) pelo(a) Procurador-Geral de Justiça, **Dr. JOSÉ RONY SILVA ALMEIDA**, brasileiro(a), casado, residente e domiciliado(a) em Aracaju/SE, portador(a) da Carteira de Identidade nº 832376, expedida pela SSP/SE inscrito no CPF N° 511.390.905-00, nomeado(a) pelo(a) Decreto de 21 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe, no dia 22 de outubro 2014, de acordo com as atribuições definidas pela Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990;

Considerando a importância em disponibilizar a tecnologia do Sistema SIMBA no combate à lavagem de dinheiro, por meio da *celeridade de seus procedimentos investigativos*; e



Considerando que não haverá transferência de recursos financeiros entre as convenientes no presente Acordo de Cooperação Técnica;

Resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, observado o contido, no que couber, na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a transferência de tecnologia para o recebimento e processamento de informações advindas do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA, o qual é composto de sistema de informática e de suporte técnico, capaz de auxiliar na análise de quebras de Sigilo Bancário com a utilização de relatórios parametrizados, agilizando os procedimentos investigativos.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da forma de Execução do Objeto

O Objeto do Acordo de Cooperação Técnica será executado mediante:

I - disponibilização de uso pela Secretaria de Pesquisa e Análise - SPEA/PGR ao Ministério Público do Estado de Sergipe dos Módulos de Validação e Transmissão Bancária do Sistema SIMBA, na adaptação do Módulo de Transmissão à realidade do órgão, na assessoria do redesenvolvimento do Módulo Processador Bancário, na assessoria de treinamento dos usuários e assessoria na implantação do Sistema SIMBA, a fim de subsidiar a instrução de procedimentos investigativos; e

II - realização de ações conjuntas ou concomitantes, destinadas a facilitar a utilização do SIMBA e o aprimoramento de suas facilidades, desde que preliminarmente acordadas entre os partícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO - O MPF não se responsabilizará pelo sistema, caso o órgão participe resolva, unilateralmente, prescindir de qualquer um dos módulos do SIMBA ou promover alterações.



CLÁUSULA TERCEIRA - Dos Compromissos

Para fins de consecução do objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica, os partícipes assumem os seguintes compromissos:

I – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:

a) disponibilizar o acesso ao **Ministério Público do Estado de Sergipe**, por meio da internet, do uso dos Módulos de Validação e Transmissão Bancária que estão disponíveis no endereço <https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br>, na opção sigilo bancário;

b) informar ao **Ministério Público do Estado de Sergipe**, por meio da SPEA/PGR, a qualquer tempo, se houve qualquer modificação dos Módulos Validador e Transmissor Bancário, a fim de que o órgão possa se adequar às mudanças;

c) fornecer equipamentos para que os técnicos do **Ministério Público do Estado de Sergipe** possam desenvolver as modificações necessárias à adequação do Sistema ao Órgão solicitante;

II – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE:

a) designar preposto para acompanhar a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, o qual ficará disponível para atender às solicitações do Ministério Público Federal, durante o horário comercial, por telefone, fax e *e-mail* a serem informados;

b) disponibilizar, quando necessário e após entendimento prévio entre os partícipes, dois analistas de informática com proficiência nas linguagens



Java e/ou PHP para as alterações necessárias do módulo Transmissor e do módulo processador Bancário;

c) contribuir com sugestões para o aprimoramento do sistema e realizar ações conjuntas ou concomitantes, para treinamento de seus servidores nas ferramentas inerentes ao SIMBA, quando preliminarmente acordado entre os partícipes.

CLAÚSULA QUARTA - Dos Recursos Financeiros

Do presente Acordo de Cooperação Técnica não resulta acréscimo ou criação de despesa, nem ônus de remuneração ou cobranças eventuais aos partícipes.

CLAÚSULA QUINTA - Do vínculo de Pessoal

Não se estabelecerá vínculo de qualquer espécie, de natureza jurídica, trabalhista ou funcional, entre os partícipes e o pessoal que for utilizado para a realização dos trabalhos, apoio técnico e desenvolvimento das atividades por conta do presente Acordo de Cooperação Técnica, em especial com relação ao Ministério Público Federal.

CLAÚSULA SEXTA - Do Dever de Sigilo

Os partícipes se comprometem a utilizar os dados que lhes forem fornecidos somente nas atividades que em virtude de lei lhes compete exercer, não podendo transferi-los a terceiros, seja a título oneroso, gratuito ou de qualquer forma, sob pena de extinção imediata deste Acordo de Cooperação Técnica, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis aos responsáveis, após a devida apuração.

CLAÚSULA SÉTIMA - Do Gerenciamento e da Operacionalização



As ações relacionadas à operacionalização das atividades objeto deste Acordo de Cooperação Técnica dar-se-ão pela Secretaria de Pesquisa e Análise - SPEA/PGR, encarregada do Projeto SIMBA, e pelo **Ministério Público do Estado de Sergipe**, por meio de servidor a ser indicado mediante Ofício.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As atividades e ações a que se referem às cláusulas anteriores serão identificadas, especificadas e implementadas mediante a formalização de Protocolos de Execução, tantos quantos forem necessários, objetivando a programação e o detalhamento dos procedimentos técnicos, operacionais e administrativos, relativos às ações ora pactuadas, para os locais, datas e períodos a serem definidos pelos partícipes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O detalhamento dos trabalhos a serem executados no âmbito do presente Acordo de Cooperação Técnica deverá ser realizado com a aprovação dos partícipes, e os trabalhos de responsabilidade exclusiva da SPEA poderão ser executados em partes e qualquer momento, especialmente quando se tratar de aperfeiçoamento tecnológico ou ampliação dos pontos de controle.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica estabelecido que o sistema SIMBA será disponibilizado de acordo com a programação estabelecida pela SPEA.

CLÁUSULA OITAVA - Da Vigência e dos Aditamentos

Este Acordo de Cooperação Técnica terá vigência de 60 (sessenta) meses, improrrogáveis, contada a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO - Este acordo de Cooperação Técnica poderá ser alterado, por consenso entre os partícipes, mediante termos aditivos, exceto no tocante ao seu objeto e à disposição de prazo de vigência superior ao previsto nesta Cláusula.



CLÁUSULA NONA - Da Denúncia

O presente instrumento poderá ser denunciado:

a) em qualquer tempo pela superveniência de ato ou de lei que torne inviável sua execução, ou pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições ou acordo entre os partícipes;

b) em qualquer tempo por conveniência administrativa, caso em que a denunciante deverá comunicar sua intenção com 30 (trinta) dias de antecedência, reputando-se extinto o Acordo de Cooperação Técnica com o decurso do referido prazo, contado do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Publicação

O MPF providenciará a publicação do extrato deste Acordo de Cooperação Técnica, e, se for o caso, de seus Termos Aditivos, no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do Foro

Será competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas mediante acordo entre os partícipes, o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Acordo de Cooperação Técnica em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas pelos respectivos representantes, destinada uma para cada partícipe.



Brasília/DF 2 de janeiro de 2015


RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL


JOSÉ RONY SILVA ALMEIDA
Procurador-Geral de Justiça
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
SERGIPE

Testemunhas:

CPF:

CPF:



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
NO RIO GRANDE DO NORTE**

**AVISO DE ALTERAÇÃO
RDC ELETRÔNICO Nº 461/2014 - UASG 393021**

Nº Processo: 50614000866201484. Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 07/11/2014 foi alterado. Objeto: Execução de obras de revitalização (recuperação, restauração e manutenção) 7 CREMA - 2ª etapa, na Rodovia BR 7 406/RN. Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 23/01/2015 das 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Av. Bernardo Vieira 3656 Lagoa Nova - NATAL - RN Entrega das Propostas: a partir de 23/01/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/02/2015, às 15h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ARMANDO PEDGÃO DE ALMEIDA
Presidente da Comissão de Licitação

(SIDEC - 22/01/2015) 393021-39252-2015NE800010

**SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES
DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE**

**EXTRATO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 14/2015 - UASG 277001**

Nº Processo: 50770000320201421. Objeto: Disponibilizar a Unidade Regional em Maciço-AL, deste DMM, com o fornecimento de energia elétrica para o corrente exercício. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Serviço essencial para o funcionamento da Regional. Declaração de Dispensa em 06/01/2015. SILVIO BATISTA FERREIRA, Gestor Financeiro, Ratificação em 06/01/2015. WANIA MARIA CHAVES STILBEN, Ordenadora de Despesas - por Subdelegação de Competência. Valor Global: R\$ 2.367,28. CNPJ CONTRATADA: 12.272.084-0001-00 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL.

(SIDEC - 22/01/2015) 277001-00001-2015NE800015

**EXTRATO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 15/2015 - UASG 277001**

Nº Processo: 50770000320201497. Objeto: Contratação de empresa no fornecimento de energia elétrica na unidade descentralizada do DMM em Santos situada na Av Augusto Severo, 7-terceiro, 2º e 8º andares - Santos/SP no exercício de 2015. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Fornecedor essencial ao funcionamento da unidade. Declaração de Dispensa em 06/01/2015. SILVIO BATISTA FERREIRA, Gestor Financeiro - por Subdelegação de Competência. Ratificação em 06/01/2015. WANIA MARIA CHAVES STILBEN, Ordenadora de Despesas - por Delegação de Competência. Valor Global: R\$ 19.555,29. CNPJ CONTRATADA: 04.172.213-0001-51 COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ.

(SIDEC - 22/01/2015) 277001-00001-2015NE800015

**EXTRATO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 16/2015 - UASG 277001**

Nº Processo: 50770000320201442. Objeto: Contratação de empresa no fornecimento de energia elétrica na unidade descentralizada do DMM em São-Francisca do Sul/SC situada a Rua Coronel Carvalho, 19 Centro-Sul/SC no exercício de 2015. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Fornecedor de energia elétrica essencial ao funcionamento da unidade. Declaração de Dispensa em 06/01/2015. SILVIO BATISTA FERREIRA, Gestor Financeiro - por Subdelegação de Competência. Ratificação em 06/01/2015. WANIA MARIA CHAVES STILBEN, Ordenadora de Despesas - por Delegação de Competência. Valor Global: R\$ 5.239,46. CNPJ CONTRATADA: 08.336.783-0001-90 CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

(SIDEC - 22/01/2015) 277001-00001-2015NE800015

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 5/2015 - UASG 277001**

Nº Processo: 50770000313201429. Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de água e saneamento básico na unidade descentralizada do DMM em Ilhéus/BA no exercício de 2015. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Serviços essenciais ao funcionamento da unidade. Declaração de Inexigibilidade em 06/01/2015. SILVIO BATISTA FERREIRA, Gestor Financeiro - por Subdelegação de Competência. Ratificação em 06/01/2015. WANIA MARIA CHAVES STILBEN, Ordenadora de Despesas - por Delegação de Competência. Valor Global: R\$ 1.634,03. CNPJ CONTRATADA: 13.504.673-0001-10 EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO SA.

(SIDEC - 22/01/2015) 277001-00001-2015NE800015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/ataxatividade/lim/>, pelo código 00032015012300145

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 6/2015 - UASG 277001**

Nº Processo: 50770000312201484. Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de água e saneamento básico na unidade descentralizada do DMM em Cabedelo/PB no exercício de 2015. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Serviços essenciais ao funcionamento da unidade. Declaração de Inexigibilidade em 06/01/2015. SILVIO BATISTA FERREIRA, Gestor Financeiro - por Subdelegação de Competência. Ratificação em 06/01/2015. WANIA MARIA CHAVES STILBEN, Ordenadora de Despesas - por Delegação de Competência. Valor Global: R\$ 1.421,13. CNPJ CONTRATADA: 09.123.654-0001-87 COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAIBA CACEPA.

(SIDEC - 22/01/2015) 277001-00001-2015NE800015

**VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES
E FERROVIAS S/A**

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 68/2014, firmado entre a VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. e a TORQUE POWER SERVICE LTDA., CNPJ sob o nº 00.218.067.0001-05. Objeto: Execução dos serviços de manutenção da via permanente do trecho ferroviário do km 719+000 ao km 1.029+800 da Ferrovia Norte-Sul, entre Porto Nacional/TO e Alvorada/TO, considerando as etapas: preventiva, corretiva e preditiva. Procedimento Licitação: Pregão Eletrônico nº 010/2014. Valor: R\$ 33.063.336,41 (trinta e três milhões, sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos). Vigência do Contrato: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura. Nota de Empenho: 2014NE02094. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002; Dec. nº 3.555/00; Dec. nº 5.450/05; Decreto nº 3.722/01; LC nº 123/2006; o Dec. nº 6.204/07, IN-MPOG nº 02/2008 e nº 02/2010; e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 29/12/2014. Processo nº 51402.095865/2014-68.

Ministério Público da União

EDITAL Nº 2 - MPU 1/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

O PROCURADOR DA REPÚBLICA PRESIDENTE DA COMISSÃO DO 9º CONGRESSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE ANALISTA E DE TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU) torna públicas a ratificação dos subitem 6.4.8.3, 6.4.8.3.1, 6.4.8.9.1, 6.4.8.9.2 e 6.4.8.10 e do item 10 de Seguridade Institucional dos conhecimentos específicos dos objetos de isenção para o cargo 4, constantes do subitem 19.2.4, bem como a inclusão do subitem 6.4.8.9.1.1 no Edital nº 1 - MPU 1/2015, de 13 de janeiro de 2015, conforme a seguir especificado, permitindo inalterados os demais itens e subitem do referido edital.

6.4.8.3 [...] b) envio da declaração constante do Anexo IV deste edital, legível, assinada e com firma desidentificada reconhecida em cartório, por meio de link específico no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/mpu_15, no período entre 10 horas do dia 23 de janeiro de 2015 e 23 horas e 59 minutos do dia 11 de fevereiro de 2015.

6.4.8.3.1 O candidato que não enviar a declaração por meio do link a que se refere o subitem anterior não terá o seu pedido de isenção deferido.

6.4.8.8 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo Cespe.

6.4.8.9.1 O candidato disporá do período compreendido entre as 9 horas do dia 23 de fevereiro de 2015 e às 18 horas do dia 24 de fevereiro de 2015, ininterruptamente, para verificar, por meio de link específico disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/mpu_15, qual(is) seu(s) resultado(s) em seu(s) pedido(s) de isenção de taxa.

6.4.8.9.1.1 O candidato disporá do período compreendido entre as 9 horas do dia 23 de fevereiro de 2015 e às 18 horas do dia 24 de fevereiro de 2015, ininterruptamente, para constatar seu indeferimento (ou) enviar a declaração referida na alínea "b" do subitem 6.4.8.3 deste edital, caso necessário, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/mpu_15. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

6.4.9.5.2 O recurso contra o indeferimento e a documentação pendente a que se refere o subitem anterior poderão ser entregues, pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do Cespe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cespe - Asa Norte, Brasília/DF, ou enviadas via SEDEX ou via e-mail registradas com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento do Cespe - Concurso MPU 2015 (laudo médico) - Caixa Postal 4438, CEP 70904-970, Brasília/DF, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2015. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão e o indeferimento será mantido, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública.

8.10 O Cespe divulgará a imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram as provas objetivas, exceto a dos candidatos eliminados na forma do subitem 18.23 deste edital, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/mpu_15, em data a ser informada no edital de resultado final nas provas objetivas. A referida imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final no concurso público.

19.2.4 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 4: TÉCNICO DO MPU - ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE: SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE

SEGURANÇA INSTITUCIONAL: [...] 10 Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003); capítulo II (arts. 4º e 5º), capítulo III (arts. 6º a 10º), capítulo IV (arts. 12 a 20) e capítulo V (art. 25).

BRUNO FREIRE DE CARVALHO CALABRICH

**ATOS DO PROCURADOR-GERAL
DA REPÚBLICA**

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

PARTICIPES: O Ministério Público Federal - MPF e o Ministério Público do Estado de Sergipe - MPSE. OBJETO: Transferência de tecnologia para o recrutamento e processamento de informações advindas do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA - com o objetivo de aprimorar os procedimentos investigativos. Vigência: 22/01/2015 a 22/01/2020. Assinam: RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, Procurador-Geral da República, JOSE RONY SILVA ALMEIDA, Procurador-Geral de Justiça.

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do 1º termo aditivo ao termo de credenciamento nº 188/2013. Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A. (EXAME MEDICINA DIAGNÓSTICA) Objeto: alterar a Cláusula Oitava - Do Preço do Instrumento Original. Data de Assinatura: 07/01/2015. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA e pelo Credenciado DICKSON ESTEVES TANGERINO e ANTONIO CARLOS GAETA. Processo nº 1.00.000.011018/2013-12.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO AMAZONAS**

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS e A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA. Objeto: Concessão de estágio de nível superior, a fim de proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 (três) anos. Data e assinatura: 14/01/2015. FLAVIA MANARITE HANNA, SECRETARIO ESTADUAL DA PRAM e CLEINALDO DE ALMEIDA COSTA, REITOR DA UEA.

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO
FEDERAL**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2015

Espécie: contratação de empresa para o fornecimento de equipamento de armazenamento de dados - storage, celebrado entre a UNIAO, por intermédio da Procuradoria da República no Distrito Federal e a empresa COMPWIRE INFORMÁTICA S/A. Vigência: 19/01/2015 até 18/01/2016. Data de Assinatura: 19/01/2015. Fundamento Legal: Lei nº 8.666 de 21/06/1993, na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, no Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 e demais normas pertinentes. Processo: 1.16.000.004610/2014-71. Cobertura Orçamentária: Elemento 449052. Atividade: 03062058142640001. Valor Total Estimado deste Contrato: R\$ 381.695,96 (trezentos e oitenta e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e noventa centavos). Signatários: pela Contratante, José Benedito Ramos Andrade, Secretário Estadual, e pela Contratada, Claudio Alexandre Ferreira de Aguiar Almeida, representante legal.

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO MARANHÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2014 - UASG 925129**

Nº Processo: 9239AD/2014. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pavimentação asfáltica por tratamento superficial simples em terreno onde funciona

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.